

1 **ATA DA 6ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **28/04/2020 (terça-feira), de 14:00h às 17:20, através de videoconferência. A**
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 14/04/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Paulo de Tarso
7 de Lima Pimenta (CBH Guandu), Nelson Rodrigues dos Reis Filho (CBH Guandu), José
8 Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), José Paulo Azevedo
9 (CBH Piabanha), Luís Eduardo Amorim Ramos (CBH Piabanha), Marcos Sant'anna
10 Lacerda (CBH BG), Licius de Sá Freire (CBH R2R), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé
11 Ostras), Rodolfo Coimbra (CBH Macaé Ostras) e Eduardo Pimenta (CBH LSJ), João
12 Gomes de Siqueira (CBH BPSI) e os convidados Magno Neves (CBH BG), Rafaela
13 Facchetti (CBH Piabanha) e Alba Reis (CBH BIG) e a equipe: Roberta Abreu (AGEVAP)
14 e Larah Emediato Ribeiro (AGEVAP).

15 **Item 1. Abertura:**

16 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas vindas e
17 agradeceu a participação de todos.

18 **José Arimathéa** comentou sobre a reunião que ocorreu no dia 24/04/2020 e situou os
19 presentes da atual situação, na qual as delegatárias não receberam o repasse de
20 recursos de custeio. Disse que o CILSJ já aprovou uma resolução para utilizar os
21 recursos de projeto para custeio enquanto não houvesse esse repasse. Informou que
22 na reunião citada foi proposto que os comitês se manifestassem sobre autorização do
23 uso de recursos de projeto para o custeio da delegatária enquanto não fosse
24 normalizado o processo de repasse e que conversou com **Diane** sobre esse
25 encaminhamento e ela havia informado que no dia 27/04/2020 haveria uma reunião
26 com o secretário, na qual decretariam os encaminhamentos e que o ideal seria se
27 preparar, mas aguardar o encaminhamento proposto. Disse que **Hélio** informou que já
28 havia feito o despacho do processo com apoio jurídico para que o presidente do INEA
29 autorizasse o repasse, mas que ao contatar para obter respostas, **Diane** informou que
30 o processo retornou ao DISEQ para melhorar alguns encaminhamentos, logo não havia

31 ainda um cenário de aprovação de repasse do recurso e concluiu que acreditava ser
32 necessário ativar o plano B e utilizar o recurso de projeto para custeio. Informou que a
33 secretaria do FFCBH enviou um e-mail ao CERHI convidando-os para participar na
34 primeira hora da presente reunião, contudo foi informado que haveria reunião
35 convidando os presidentes dos CBHs no dia 29/04/2020 para discussão do ponto de
36 pauta sobre a suspensão do pagamento de cobrança, logo eles não participariam nesta
37 reunião, mas sim colocariam a pauta do FFCBH na reunião do CERHI.

38 **José Paulo** questionou se cabia ao CERHI definir se poderia ou não suspender, já que
39 a definição de cobrança e seus valores são função dos comitês. Informando que não
40 via o CERHI com essa autoridade.

41 **João** disse que a diretoria do CBH BPSI já se manifestou aprovando a carta
42 encaminhada pelo FFCBH para deixar de sobre aviso caso o Plano B precisa ser
43 implementado, devido ao risco de os colaboradores das secretarias ficarem sem
44 receber.

45 **Marcos** disse que conversou com a diretoria do CBH BG e que realizaram uma reunião,
46 na qual ao final teve a participação de **André** para tratar desse ponto, já que a AGEVAP
47 havia, em reunião passada, solicitado que fosse enviada carta ao INEA solicitando
48 liberação do recursos, que foi prontamente assinada pelo CBH. Disse que na última
49 reunião do FFCBH com **André** solicitou que fosse enviada uma proposta da AGEVAP
50 para o CBH BG, já que a situação destoa dos demais comitês por possuir muitos
51 colaboradores na sua secretaria executiva e escritório de projeto e que todos os editais
52 do comitê já foram lançados e os recursos já estavam destinados. Disse que a diretoria
53 do BG, assim que assumiu, se posicionou em não assinar ad referendum ao que se diz
54 respeito a mudanças nas decisões financeiras, logo seria necessário receber essa
55 proposta, pois não haveria aprovação apenas de uma linha ou rubrica para retirar um
56 valor, que até então não é claro ao comitê. Questionou que se os comitês viessem a
57 viabilizar o recurso de outra fonte para custeio sem a posição de quando receberiam
58 de volta, poderia haver uma situação cômoda de tempo para essa liberação. Disse que
59 não houve posição do INEA sobre alguma situação inviável para a liberação do recurso
60 e que solicitou ao **André** a carta que solicitava a oficialização dos prazos e a resposta

61 do INEA, mas que ainda não chegou, logo a diretoria, mesmo sensível a situação, ainda
62 não tomou a posição de acatar a realização desse plano.

63 **Lícius** disse que na ausência de uma comunicação oficial, se sabe que a conta para
64 pagar o custeio está zerada, logo é responsabilidade do comitê direcionar o pagamento
65 e que os comitês deveriam pensar em soluções. Disse que não há documento dizendo
66 que não vai haver pagamento, mas que o não pagamento gera problemas com o
67 recebimento dos funcionários das secretarias. Comentou que as soluções eram por
68 contrato, logo CBHs que dividem o mesmo contrato deveriam estar acordados nas
69 posições a serem tomadas e completou que deveriam comunicar ao CERHI da
70 necessidade de resolução para que a solução esteja resguardada.

71 **José Paulo** concordou que deveria haver um documento de garantia de que e quando
72 o repasse iria ocorrer e disse que o próprio INEA que deveria responder, e não o CERHI
73 e que a ausência de resposta é preocupante.

74 Não tendo mais o que contextualizar para esta reunião, **José Arimathéa** seguiu para o
75 Item 2.

76 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

77 A pauta foi lida e **Vera Lúcia** pediu que fosse incluída a pauta **Custeio da Delegatária**
78 **– Reunião com o CERHI**. Diante a essas modificações, a pauta foi aprovada pelos
79 presentes.

80 **Item 3. Aprovação da ata da reunião do dia 14/04/2020;**

81 Não houve solicitações de alterações na ata da referida reunião, todos os participantes
82 presentes concordaram em aprova-la.

83 **Item 4. Verificação da planilha de encaminhamentos;**

84 A planilha foi projetada em tela e **Roberta** mostrou as atualizações realizadas
85 referentes as solicitações dos diretores, contando com prazo/prioridade de execução,
86 data de conclusão e automatização da situação do encaminhamento.

87 **Roberta** informou que a planilha está sendo atualizada com os prazos e pediu ajuda
88 aos presentes para determinar esses prazos e prioridades para que não houvesse
89 pendências. Disse que faria a leitura dos últimos encaminhamentos, comentando o que
90 não havia sido iniciado, já que os demais encaminhamentos já haviam sido abordados
91 na reunião anterior. Lembrou que as demandas do ECOB ficaram em abertas para
92 definição no final do mês de maio e que a prefeitura ainda não havia dado um parecer
93 formal quanto a realização do evento.

94 **João** pediu para que quem tivesse mais solicitações de modificações para informar
95 para a secretaria executiva do FFCBH para que ao atualizar com prazos e demais
96 detalhes, a planilha fosse enviada para os comitês. (Encaminhamento)

97 **Lícius** disse que o mecanismo da planilha da maneira que o FFCBH está organizando
98 é interessante e útil para organização, mas cria um problema já que o comitê que
99 assume a presidência do Fórum sobrecarrega sua própria delegatária. Disse que a
100 demanda do uso do recurso da cobrança nos comitês, nos últimos quatro anos,
101 aumentou, conseqüentemente aumentando a pressão em cima das secretarias
102 executivas e que, além disso, neste momento pandêmico, na qual vem se realizado
103 reuniões semanais, aumenta ainda mais a carga na secretaria executiva. Afirmou que
104 dessa forma deve haver cuidado a dar o prazo de realização das demandas, opinando
105 que a última palavra deve ser da secretaria executiva, que está manejando a planilha
106 e executando o serviço.

107 **João** concordou com a colocação de **Lícius** e disse que já se colocou a disposição
108 para ajudar a secretaria executiva para realização das demandas. Disse que o prazo
109 final deveria ser definido pela secretaria dentro do possível e, se não fosse condizente
110 com as necessidades do FFCBH, deveriam dar ferramentas necessárias para o
111 cumprimento dos prazos, conversando sobre o que poderia ser feito para ajudar.

112 **Roberta** informou que nesse momento de Home Office estão com problema
113 relacionado aos documentos, já que apenas ela está com a rede salva em HD externo,
114 o que acaba centralizando as demandas e a sobrecarregando, mas que no geral as
115 demandas do FFCBH estão sendo cumpridas no prazo. Disse que poderia sugerir

116 prazos que a secretaria conseguiria cumprir, para que fossem discutidos e fechados
117 nas próximas reuniões. (Encaminhamento) Leu os itens dos encaminhamentos da
118 reunião do dia 14/04/2020 e comentou os que ainda estavam em andamento ou não
119 iniciados. Informou que iria disponibilizar a carta de resposta do INEA, no entanto que
120 ela respondia apenas o Contrato de Gestão do G4. (Encaminhamento)

121 **José Paulo** reforçou que a secretaria do CBH MPS está sobrecarregada e que
122 deveriam explicitar o que cada secretaria de cada comitê poderia fazer e se colocou a
123 disposição de resgatar o PL “André Corrêa” e trazer para debate no FFCBH, solicitando
124 que o mesmo fosse feito pelos demais comitês em outros itens. (Encaminhamento)

125 **Item 5. Discussão sobre os papéis e atribuições dos entes do sistema de gestão**
126 **de recursos hídricos;**

127 **João Gomes** disse que vem debatendo esse assunto do papel dos entes há bastante
128 tempo, levando a reuniões de diretoria no CBH BPSI há cerca de dois anos com o
129 objetivo de ampliar a aplicação dos recursos, construindo um caminho que possibilite a
130 aplicação e uma gestão mais eficiente. Disse que acredita que esse debate vá além
131 das melhorias propostas pela Agevap na reunião anterior, sendo o momento de definir
132 os verdadeiros papéis, afirmando que se o modelo não está bom, deve ser revisto e
133 reformulado. Comentou que os prazos de processos propostos pela AGEVAP não
134 contemplam o comitê e exemplificou com um pedido do CBH BPSI realizado em
135 novembro de 2018 que ainda não havia sido contemplado, tendo previsão apenas pra
136 2021. Questionou se a delegatária que tem que se mobilizar para atender o comitê ou
137 se o comitê que tem que ficar submisso a delegatária e ao órgão gestor, informando
138 que gostaria de saber até onde o comitê pode exigir melhor performance desse sistema.

139 **José Arimathéa** voltou ao assunto do repasse de recursos, informando que havia
140 acabado de ter um retorno do presidente do INEA que deu uma explicação pertinente
141 quanto o motivo da demora da liberação do recurso. Disse que foi informado que na
142 reunião ocorrida no dia 27/04/2020 foi alertado pelo diretor administrativo financeiro do
143 INEA que o mecanismo de repasse do recurso traz uma preocupação, já que na
144 avaliação deles, o processo chegou mal instruído na presidência, logo algumas

145 perguntas levantadas precisaram de mais clareza, embasamento e suporte para
146 tomada de decisão. Informou que ele quer liberar o recurso, no entanto precisa de uma
147 segurança jurídica para tomada de decisão quanto ordenador de despesa e, já que o
148 processo está mal instruído, ele devolveu para que fosse melhorado e encaminhou a
149 questão para a procuradoria do INEA, que assim que der o sinal verde, haverá
150 liberação. Disse que se colocou a disposição, assim como os comitês e o FFCBH para
151 ajudar na interpretação, já que houve recentemente problemas quanto ao parecer da
152 procuradoria, mencionando o caso ocorrido no CBH BG.

153 **José Paulo** disse que no caso da ANA, os repasses eram feitos diretamente e que
154 essa discussão deveria ser resgatada, já que está havendo dificuldades mediante a
155 trocas de presidência do INEA.

156 **Nelson** disse que se deve documentar e comunicar através de cartas para que
157 posteriormente, ao serem questionados, haver embasamento para respostas e ações,
158 principalmente diante de situações delicadas.

159 **Marcos** disse que se levantassem uma relação de ocorrências dos últimos seis meses,
160 veriam que deveriam prestar mais atenção a esses detalhes, comentando que os
161 contratos de gestão e seus aditivos foram assinados sem cumprir o seu artigo primeiro
162 que diz que as planilhas financeiras e planos de trabalho deveriam ser aprovado em
163 plenária do comitê. Disse que como os objetivos de melhorar a qualidade e quantidade
164 de água envolve todos os entes, esse trabalho exige que haja minimamente uma
165 cooperação e respeito mútuo das partes. Questionou se houve demora na realização
166 do processo dentro do INEA e o que houve com a documentação que foi mal organizada
167 para impossibilitar uma solicitação a tempo de correção, acarreando a situação na qual
168 os comitês se encontram no momento. Reforçou que a resposta aos comitês deve ser
169 formalizada, informando quando haveria o repasse e que gostaria de entender qual era
170 a proposta do INEA para não deixar a delegatária parada e como estão tentando
171 resolver esse problema.

172 **José Arimathéa** voltou ao ponto de pauta, disse que sua vontade nessa reunião era
173 poder visitar a legislação federal e estadual que fala sobre a estruturação do sistema,

174 trazendo uma reflexão sobre esse olhar, lendo os itens da Lei Federal nº 9433/1997 e
175 da Estadual nº3239/1999 que se referem a atuação dos entes no sistema. Perguntou
176 aos demais se poderia encaminhar essa reunião fazendo essa leitura conjunta da
177 legislação.

178 **José Paulo** sugeriu que essa discussão partisse de **Magno**, que analisou nos mínimos
179 detalhes os argumentos do jurídico da AGEVAP, para depois partir para análise das
180 leis, já que ele está mais focado na interpretação e domina o assunto. Todos
181 concordaram em seguir dessa forma.

182 **Magno** disse que a maioria das confusões que se instalando é relativa ao papel de
183 cada um no processo de gestão de recurso hídrico e que a lei é clara quando cria um
184 sistema de gestão de recursos hídricos que integra o sistema de gestão ambiental e
185 cria toda uma regulamentação paralela presente na Lei Nº 9433/1997. Disse que em
186 seguida veio a lei que definia a Agência de Água, ou Agência de Bacia e que na época
187 que foram criadas essas leis, no governo de FHC, propôs ao congresso a criação de
188 uma Agência de Bacia Federal, mas que isso não aconteceu e como queriam começar
189 a cobrar, implementaram uma medida provisória que virou a lei federal de delegatárias
190 posteriormente. Disse que assim se criou a figura da entidade delegatária e a lei foi
191 uma medida de segurança jurídica para o processo, já que o contrato de delegação não
192 era previsto. Afirmou que a partir daí começaram a vir questionamentos sobre a agência
193 delegatária ser ou não uma agência de água e quanto ao INEA, que vem fazendo papel
194 de entidade executiva dos sistema de água como um braço do sistema ambiental e
195 disse que parte disso se dá pois o contrato de gestão estadual é diferente do contrato
196 de gestão da ANA, informando que o da ANA basicamente diz que ele executa o que
197 está na lei e repassa 100% do valor em aportes durante o ano, enquanto o estadual faz
198 um misto do que a ANA propõe com um convênio no qual há repasse do valor do custeio
199 e do investimento mediante a demanda. Disse que a questão a ser discutida é que se
200 tem uma entidade delegatária que se entende como agência de água e o INEA que por
201 lei tem todas as competências executivas, mas que no momento em que o sistema se
202 instala, cria-se o entrave já que o que acontece efetivamente não corresponde ao que
203 está na lei. Comentou que nos pareceres recebidos pelo CBH BG estabelece-se

204 parâmetro do debate, já que a AGEVAP se entende como agência de bacia com todas
205 as suas funções, o que não é uma verdade, e que o INEA está com a percepção de
206 que toda problemática envolvendo uma secretaria executiva tem que ser regulada pelo
207 Contrato de Gestão, mas que esse regula a relação entre a entidade delegatária e o
208 órgão gestor e não a relação entre a secretaria executiva e a entidade delegatária e
209 que essa relação não cabe ao INEA e a Delegatária regular.

210 **João** disse que não conseguiu entender totalmente que foi exposto por falta de
211 entendimento da legislação e sintetizou seu entendimento. Comentou que a legislação
212 por falta de uma agência de águas identificou a delegatária na função de secretaria
213 executiva, ocupando um vácuo que seria a implantação definitiva da agência de água
214 e perguntou o motivo de isso não ter sido resolvido até hoje, já que está na legislação,
215 questionando se era cômodo para o estado aceitar a situação como está já que assim
216 o governo tem mais poder sobre esse contrato de gestão ou se travava-se se falta dos
217 comitês ocuparem seu espaço dentro do sistema.

218 **Magno** disse que a agência de bacia é um ente público que pode ser criada com
219 personalidade jurídica privada, ou seja, sua criação depende de um ato do poder
220 público a partir do poder legislativo e que não conseguiram dar prosseguimento na
221 instância federal, tendo como justificativa da medida provisória da delegatária que o
222 congresso não conseguiu aprovar Agência de Bacia, então a ANA veio e o modelo
223 foram copiados pelos estados. Informou que a criação da agência de bacia está clara
224 como proposta do comitê e que na legislação diz que deve ter sustentabilidade
225 financeira e abranger uma bacia ou região hidrográfica, ou seja, os contratos estão
226 usando o modelo, mas que a criação dessa agência é de execução do legislativo, que
227 é um órgão público, o que trava essa proposta. Disse que a iniciativa do processo é do
228 próprio comitê, que deve chegar ao CERHI e dizer que quer criar e mostrar que é viável
229 na forma da legislação, mas até então, esse passo ainda não foi tomado e que a lei é
230 clara quando diz que assim que for criada a agência de bacia acaba o contrato de
231 delegação.

232 **João** questionou qual era o horizonte dos comitês diante as informações dadas, as
233 quais não tinha conhecimento, perguntando se deveriam continuar essa briga com a

234 delegatária que poderia não melhorar muito o sistema ou partir para a tentativa de
235 construção da agência de água e disse que acreditava que essa melhoria no sistema é
236 urgente.

237 **Rafaela** disse que ela e **Vera** assistiram no CERHI a discussão sobre o porquê do INEA
238 ter sido colocado como Agência de Bacia no Rio de Janeiro e que na época ainda não
239 havia cobrança com consistência que desse a sustentabilidade aos comitês e opinou
240 que ainda hoje, com exceção do CBH Guandu e CBH BG, os demais comitês não teriam
241 sustentabilidade econômica e financeira para ter sua própria agência. Disse que a
242 criação de uma agência demanda de uma verba relativamente para se ter a quantidade
243 de funcionários que se tem na AGEVAP e nas UD's, sendo muito cara a estrutura de
244 uma agência por comitê para os comitês menores. Disse que essa discussão deve
245 amadurecer e que os comitês devem se fortalecer no cadastro de usuários e na
246 cobrança, no seu valor e na capacidade de outorgar para que se tenha a própria bacia,
247 mas que essa era discussão para outro momento e que o principal hoje deveria ser
248 resolver o problema dos funcionários das UD's. Sobre o repasse dos recursos, opinou
249 que os comitês deveriam apoiar a resolução no CERHI por precaução e, caso houvesse
250 repasse do INEA em curto prazo, na própria resolução se diz que o valor será devolvido
251 aos recursos de projeto. Sugeriu que, utilizando a expertise de **Magno**, fosse pensado
252 para frente como se tornar independente da AGEVAP, mas que não sabia se seria
253 possível ser independente ao INEA, assim como o CEIVAP não conseguiu ter agência
254 própria, tendo a ANA segurando suas outorgas. Disse que no CBH Piabanha já
255 estavam com a agência própria organizada quando veio a proposta de aceitar a
256 AGEVAP como delegatária, mas que não foi aprovada pelo INEA e CERHI por não
257 possuir sustentabilidade econômica. Opinou que deve haver no contrato de gestão que
258 se o INEA demorar muito para repassar os recursos, a delegatária tenha verba para
259 bancar e reforçou que não era hora de discutir ter agência própria, pois isso não
260 ocorrerá rapidamente, mas sim discutir a resolução no CERHI, informando que o G4 já
261 havia definido dar entrada no conselho para transferir recurso de projeto para custeio.

262 **Nelson** disse que não é a primeira vez que isso acontece e que estão percebendo que
263 há falhas no sistema e de processos e que se precisa valer do momento para consertar

264 o que está errado. Sobre a agência de água, disse que não se sabe qual é o custo de
265 um comitê para que faça a conta reversa para chegar no PPU e que deveriam aproveitar
266 esse momento de crise para mudar o rumo.

267 **Lício** disse que estavam misturando diversos assuntos que incomodam quem está no
268 sistema de gestão de recursos hídrico com os que incomodam pessoalmente e deu
269 apoio a fala da **Rafaela**, dizendo que existe um personagem no sistema que é o
270 funcionário da delegatária, que é um elo frágil e que muitas vezes pode ter atritos com
271 os CBHs, mas não por isso deixariam de entrar na luta para que eles recebesse seus
272 salários e via aquilo como prioridade máxima. Disse que como fórum articulador, foi
273 detectado que a delegatária tem equívocos e estão revendo uma série de relações com
274 a delegatária para melhor isso e que já foi conversado sobre problemas que os próprios
275 comitês devem evoluir. Afirmou que a questão de agência de bacia própria é uma
276 discussão para outro tempo e em outra reunião, mas que hoje como gestores deveriam
277 assumir como prioridade o pagamento dos funcionários da delegatária, sendo os
278 comitês de cada contrato responsável por fazer a sua resolução.

279 **José Paulo** disse que o assunto que estava sendo solicitado, de explicar o papel dos
280 entes, foi o que o **Magno** fez e que não foi dito que buscariam uma agência própria
281 nesse momento, mas que deveriam tomar cuidado para não misturar os assuntos.
282 Afirmou que deveriam ir assimilando e até mesmo discutindo essa apresentação do
283 magno de forma a cumprir a lei.

284 **Marcos** opinou que são muitas demandas e acaba sendo difícil fazer as priorizações,
285 mas que acreditava que todos presentes tinham compreensão do que vem ocorrendo
286 no Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, conhecendo os
287 problemas que poderia ocorrer dependendo das atitudes tomadas, logo não poderia
288 diminuir a importância do debate sobre a função dos entes, já que está havendo uma
289 dificuldade de relação com técnicos de delegatárias. Disse que não deveria se
290 minimizar a pauta colocada, já que ela é de proveito para todo o sistema e que o tema
291 da resolução no CERHI entrou como inclusão de pauta, logo não valia a pena debater,
292 nesse ponto, outros elementos que possam tirar o foco do que está sendo tratado.
293 Concordou que ninguém estava defendendo a discussão de abrir agência de água no

294 momento, mas sim que o assunto fora abortado como um contexto dentro da lei no que
295 compõe o sistema e as alternativas para ele funcionar e que, se havia uma questão de
296 tempo, sugeriu que fosse fechado um tempo para cada item de pauta e que **Magno**
297 trouxesse o que objetivamente as leis trazem de colaboração para essa discussão.
298 Concluiu que se essa discussão não fosse aprofundada na reunião presente, não
299 haveria como iniciar a discussão de contrato de gestão na reunião posterior, já que os
300 assuntos estão encadeados uns aos outros e que o Fórum se dá para que os comitês
301 não tomem decisões individuais, mas que debatam e sejam tomadas ações coletivas.

302 **José Arimathéa** disse que a discussão acabou não abrangendo o entendimento
303 necessário para que fosse debatido contrato de gestão na reunião do dia 04/05/2020,
304 mas que ficou uma sugestão que lhe pareceu interessante da **Rafaela**, que fosse
305 inserido nos contratos de gestão uma cláusula que pudesse prever uma situação
306 semelhante a essa como se fosse uma autorização sem precisar de muito mais
307 burocracia. Reforçou que o foco não deve ser pensar se tem ou não agência de bacia,
308 mas sim o que se tem hoje e o que pode fazer para fortalecer o que se tem, pois não é
309 possível dar um passo futuro sem estar consolidado no momento e pediu para que
310 utilizassem desse olhar para entender a situação.

311 **Magno** disse que em sua fala não estava fazendo defesa de agência de bacia, apenas
312 contextualizou as leis e que o grande debate no momento é discutir o papel do INEA,
313 papel da delegatária e o papel dos comitês no sistema, já que o sistema que se tem no
314 momento é esse e dar outro passo tomaria tempo. Concordou com **Arimathéa** de que
315 ajustar o que se tem no momento é mais fácil e coerente. Disse que não há definido as
316 competências do INEA na Lei 9433/1997 já que ela não previa a estrutura estadual,
317 logo não há uma definição da entidade executiva de meio ambiente que opera o recurso
318 hídrico, mas que a lei do INEA traz o que ele pode ou não fazer e trazem essa lei
319 para o sistema. Disse que tem a lei de delegatárias que tem toda uma legislação que
320 regula contrato e ação social, e comentou que a AGEVAP nada mais é que uma
321 organização civil sem fins lucrativos que pode ter outras atividades que não são o
322 contrato de gestão. Disse que a análise sistemática desses documentos dará a
323 resposta que quais são os papéis de cada ente e que se destacar um artigo de cada

324 lei, pode acabar gerando uma impressão parcial do processo ou uma meia verdade.
325 Frisou que o contrato faz lei entre as partes, regulando as relações de obrigações entre
326 as partes, mas que o sistema não são apenas essas duas partes, havendo outras partes
327 que também possuem atribuições legais. Disse que há elementos claros, que a Lei
328 9433/1997 fala sobre os comitês e da delegatária, que a lei de criação do INEA traz as
329 competências máximas do INEA e ele assina o contrato de gestão por previsão
330 expressa do artigo primeiro da lei das delegatárias, sendo entidade que assina, mas
331 não a que delega a gestão, que quem delega é o CERHI ao ouvir os CBHs. Opinou que
332 as cartas enviadas ao INEA não foram no sentido de atrito, mas sim um pedido de
333 revisão com considerações fundamentadas, realizando diálogo entre as partes. Afirmou
334 que competências e atribuições são normatizadas por lei e não em contrato de gestão,
335 valendo o que está na lei caso sejam informações contrárias, logo não há como
336 estabelecer normatização de um sistema em um contrato.

337 **João** pediu para que sempre houvesse o convite de participação na reunião para
338 **Magno** quando a discussão se tratasse desse tema e que com essa discussão se pode
339 perceber o tamanho do problema. Concordou que esse não é o momento de adotar
340 medidas para contratar agências de água já que sequer sabe quais são as atribuições
341 em sua totalidade, mas que para ter tempo de acontecer, se tem que começar a
342 trabalhar agora aproveitando esse conhecimento que está fresco. Afirmou que a
343 relação da delegatária não vem atendido ao CBH BPSI e que toda a diretoria concorda
344 que não se pode continuar dessa forma. Disse que precisa construir uma relação
345 melhor com a delegatária, aperfeiçoamento da delegatária e do contrato de gestão, mas
346 acredita que isso será uma ação que não vai mudar a situação atual. Propôs que
347 houvesse amadurecimento legal quanto as funções e atribuições e que que na reunião
348 com o CERHI fosse visto o que o INEA pensa do que é parte de cada ente no sistema
349 e se alimentarem desse conhecimento.

350 **José Paulo** disse que a discussão sobre os papéis deve ser avançada a cada reunião
351 e quando houver a resposta ao parecer do CBH BG sobre o parecer do jurídico da
352 AGEVAP, esse documento deve ser avaliado minuciosamente.

353 **Rafaela** disse que o assunto demanda uma oficina, sendo mais complicado do que a
354 colocação de **Magno** até o momento, já que há outros fatores envolvidos que não foram
355 levados em consideração. Disse que já havia pedido ao CERHI a resolução que instituíra
356 o INEA como agência de bacia do estado e que isso devia ser resgatado para discutir.

357 **José Arimathéa** disse que essa discussão deveria ser retomada e veria possível nova
358 data para tal. (Encaminhamento)

359 **Item 6. Custeio da Delegatária – Reunião com o CERHI**

360 **Marcos** reforçou que não estava sendo contrário ao pagamento dos funcionários da
361 delegatária, mas sim que o CBH BG gostaria de ter uma resposta do INEA de quando
362 haveria esse repasse e respostas da delegatária quanto a propostas e valores, para
363 que o comitê se resguardasse em suas ações.

364 **Lícius** reforçou que a decisão de acatar ou não o Plano B é uma ação de cada contrato
365 gestão, mas que na reunião com o CERHI será pedido um instrumento permitindo o
366 uso, o qual o uso ou não será escolha do comitê. Disse que a posição do CBH R2R é
367 anuir um pedido ao CERHI para quem façam a resolução autorizando o empréstimo de
368 recurso de projeto para custeio, que será diretamente devolvido assim que o repasse
369 se normalizar.

370 **Vera** lembrou que quando houve o arresto, apenas o CBH MPS possuía recursos e
371 estava com projetos e editais lançados, mas que cancelaram o projeto de saneamento
372 e foram ao CERHI solicitando o uso desse recurso para utilizar, o que foi uma atitude
373 criticada. Disse acreditar que não tomar atitudes é ser omissos a um problema e que,
374 quando isso ocorreu, o recurso de projetos não foi utilizado totalmente e, assim que
375 entrou o recurso, os valores foram devolvidos para a rubrica de projetos.

376 **Rafaela** acrescentou a fala de **Vera**, dizendo que a proposta de fazer a troca de rubrica
377 do PAP de projetos para custeio não implicaria em nenhum risco para os comitês.

378 **José Arimathéa** disse que a manifestação do CBH MPS era acompanhar essa
379 resolução junto ao G4, que o CBH BPSI e o CBH R2R já haviam se manifestado quanto
380 a esse assunto e pediu que o CBH Guandu e CBH BIG se manifestassem.

381 **Nelson** disse que o CBH Guandu havia feito uma carta dando posições alternativas
382 para documentar para saber quem vai cobrar e que estão alinhados com o que está
383 sendo dito na reunião até o momento. Informou que já existe um alinhamento de ideias
384 entre CBH BIG e Guandu.

385 **José Arimathéa** ressaltou que é importante que os comitês tenham um histórico
386 documental dessas ações e decisões para que possam se resguardar e embasar
387 estudos e decisões futuras.

388 **José Paulo** disse que é importante que os comitês respeitem as decisões individuais,
389 mas que não se pode chegar na reunião do CERHI com opiniões divididas.

390 **Item 7. Assuntos Gerais;**

391 **José Arimathéa** disse que um tema a ser debatido é a pauta do CERHI sobre a
392 possível suspensão de pagamento da arrecadação de cobrança pelos usuários de
393 água. Disse que precisa haver uma definição de qual será a posição dos comitês para
394 que haja uma apresentação na reunião do CERHI e pediu posicionamento dos
395 presentes.

396 **José Paulo** opinou que é uma reunião do CERHI na qual os comitês estarão
397 representados e que cada um já deve ter o termômetro do seu comitê e que pode haver
398 divergência de opiniões até mesmo dentro dos segmentos dos comitês.

399 **Luís Eduardo** disse opinou que quanto Fórum deveria haver um debate sobre esse
400 assunto de alguma forma para haver um encaminhamento dos comitês.

401 **José Arimathéa** disse que se preocupa por terem 30% a menos de recurso retirados
402 pelo governo do estado e quase outros 30% retirados caso não havia o pagamento dos
403 quatro meses conforme proposto, o que o faz temer pela sustentabilidade de alguns
404 comitês, em especial o G4 e o CBH BIG.

405 **Rafaela** propôs que aceitasse a suspensão do pagamento dos grandes usuários, mas
406 que o INEA repassasse o equivalente pela CFURH, e quando os pagamentos
407 retornassem, as verbas voltavam ao fundo. **José Paulo** concordou com sua colocação.

408 **José Arimathéa** disse que talvez a melhor estratégia fosse ouvir o parecer do CERHI
409 durante a reunião e pedir tempo para se posicionar diante da situação. Disse que vai
410 ter que se manifestar e se adequar ao momento de dificuldade que o país viver, mas
411 que não precisa ser taxativo em sair da reunião com uma posição fechada, mas que
412 pudesse ser discutido nos comitês antes de devolverem uma resposta. Os presentes
413 concordaram com essa colocação. (Encaminhamento)

414 **Item 8. Encerramento.**

415 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:15. A
416 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
417 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

418

419

420 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia**

421 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

422 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

423

424 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.